

## A RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA NO ENSINO MÉDIO

Luiz Aparecido Alves de Souza <sup>1</sup>

### RESUMO

A presente proposta incursiona nos processos de aprendizagens, tendo em vista o componente curricular Projeto de vida, na matriz curricular de todas as séries do ensino médio. A metodologia utilizada percorre a perspectiva do materialismo histórico-dialético, ao interrogar os documentos oficiais, que determinam a inserção da reforma e, adensa o debate, na particularidade, do componente curricular Projeto de Vida, por ser a expressão dos interesses de frações sociais que alojam no campo do mercado, trabalho e educação. O aporte teórico considerado, circula nas contribuições de Antunes (2024), Leher (2023) e Souza (2024) para elaborações conceituais em torno da racionalidade neoliberal, Silva et al (2019), Horn et al (2024) nos apontamentos sobre direções formativas para o ensino médio, quanto à difícil superação da dualidade estrutural, em uma sociedade dividida e desigual e, por fim, Gawryszewski (2023) e Horn et al (2024) que elucidam agendas educacionais, conectadas com os organismos internacionais, simpatizantes com políticas educacionais obscurantistas em tempos de negacionismo. Em síntese, o estudo traça apontamentos para o debate em torno de possibilidades de uma educação contra hegemônica, de tendência humanística e emancipatória, em que resguarde a autonomia docente na produção e organização do processo educativo, na particularidade da disciplina Projeto de Vida.

**Palavras-chave:** Racionalidade neoliberal, Ensino médio, Projeto de vida, Reforma educacional., Flexibilização curricular.

### INTRODUÇÃO

A presente proposta incursiona nos processos de aprendizagens, tendo em vista o componente curricular Projeto de vida, na matriz curricular de todas as séries do ensino médio.

O referido componente curricular veio com a reforma do ensino, Lei n. 13.415/2017 e reforçada com a Lei n.14.945/2024, numa perspectiva claramente posta de interesses políticos e econômicos, conferindo especial atenção, à flexibilização curricular e à concepção de qualidade da educação que se baseia.

A metodologia utilizada percorre a perspectiva do materialismo histórico-dialético, ao interrogar os documentos oficiais, que determinam a inserção da reforma e, adensa o debate, na particularidade, do componente curricular Projeto de Vida, por ser a expressão dos interesses de frações sociais que alojam no campo do trabalho e educação.

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Instituto Federal do Paraná - PR, [luiz.souza@ifpr.edu.br](mailto:luiz.souza@ifpr.edu.br)



O aporte teórico considerado, circula nas contribuições de Antunes (2024), Leher (2023) e Souza (2024) para elaborações conceituais em torno da racionalidade neoliberal, Silva et al (2019), Horn et al (2024) nos apontamentos sobre direções formativas para o ensino médio, quanto à difícil superação da dualidade estrutural, em uma sociedade dividida e desigual e, por fim, Gawryszewski (2023) e Horn et al (2024) que elucidam agendas educacionais, conectadas com os organismos internacionais, simpatizantes com políticas educacionais obscurantistas em tempos de negacionismo.

Nesse sentido, o texto encontra-se organizado em duas seções, a saber: 1) aponta considerações acerca da racionalidade neoliberal, no contexto da reestruturação produtiva, assim como suas determinações para o campo da educação e 2) explicita como a racionalidade neoliberal encontrou espaço na matriz curricular do ensino médio e, desse modo, determinam as incursões formativas não somente de estudantes, mas também de seus professores.

Em síntese, o estudo traça apontamentos para o debate em torno de possibilidades de uma educação contra hegemônica, de tendência humanística e emancipatória, em que resguarde a autonomia docente na produção e organização do processo educativo, na particularidade da disciplina Projeto de Vida.

Já nos preâmbulos do documento intitulado Referencial Curricular, para o componente Projeto de Vida, da Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR), aponta-se a compreensão do que trata conceitualmente o referido componente, reportando aos estudos da psiquiatria de Victor Frankl<sup>2</sup> que pode ser compreendido como “uma força interior que se torna a razão de viver ou ainda ter um propósito na vida ajuda a sentir que essa vida tem sentido, no passado e no presente”. (SEED-PR, 2021, p. 2).

Nos desdobramentos iniciais do documento ainda se expressam outras nuances conceituais a saber:

É, também, função da escola, além de oferecer a oportunidade de aprendizagem dos conhecimentos científicos e culturais, historicamente construídos/ produzidos pela humanidade, despertar os sonhos, a busca de propósitos e, com isso, o sentimento de pertencimento do(a) jovem ao encontrar/(re)conhecer seu lugar no mundo. Outro aspecto importante do Projeto de Vida na formação integral dos(as) estudantes é a sua relação com o mundo do trabalho e a inserção de reflexões e atividades direcionadas às diversas carreiras profissionais que estão no horizonte dos(as) egressos(as). (SEED-PR, p. 3)

E, finalizam sinalizando que o componente Projeto de Vida tem como intencionalidade pedagógica “instrumentalizar os(as) estudantes a refletirem sobre seus

<sup>2</sup> Viktor Emil Frankl (1905-1997) foi um neuropsiquiatra austríaco e fundador da terceira escola vienense de psicoterapia, a Logoterapia e Análise Existencial. Demais autores são citados no documento da SEED-PR como



objetivos e propósitos a curto, médio e longo prazo, o que significa projetar onde e como irão se desenvolver profissional e economicamente, fomentando seus sonhos e expectativas futuras”. (SEED-PR, p. 4).

Também considera que a articulação do componente, seja contemplada nas dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Insinua-se a centralidade da escola no processo constitutivo do/a estudante ao afirmar que “tem importância essencial na vida dos(as) estudantes, podendo proporcionar a eles(as) um leque de possibilidades e metas para a sua realização pessoal e profissional, aliando os seus interesses e aspirações aos das coletividades”. (SEED-PR, 2021, p. 8).

Para isso, os conhecimentos escolares devem ser atrativos para os(as) estudantes, despertando e aprimorando os interesses deles(as) pelos estudos e para as suas vidas práticas, tornando a experiência escolar significativa e prazerosa. O reconhecimento das juventudes, de suas necessidades e projetos de vida exige que a escola não siga uma lógica puramente homogeneizante, moralizadora e rígida, mas sim adaptável aos novos desafios contemporâneos, com flexibilidade, fluidez, individuação e reconhecimento de identidades plurais (SEED-PR, 2021, p.10).

Continua ainda, ao afirmar que é preciso promover o protagonismo dos/as jovens no processo educativo, tendo como base a escuta ativa desses sujeitos, valorizando a promoção dos Projetos de Vida, a escola assume a responsabilidade de ouvir aquilo que o(a) jovem tanto carece de dizer. Ouvir o(a) jovem implica partilhar dos anseios, preocupações, inquietações e interesses da juventude e, conseqüentemente, repensar as práticas escolares para que efetivamente se possa produzir conhecimento significativo com essa categoria. (SEED-PR, 2021).

Ainda, o Novo Ensino Médio (NEM), aponta que as noções e conceitos como identidade, diversidade, valores, responsabilidade, ética, cidadania, competências socioemocionais, juventude, planejamento e mundo do trabalho são abordados com o objetivo de preparar os/as estudantes para a vida em sociedade, considerada a partir dos seus distintos contextos e realidades.

Esses são os discursos dos setores hegemônicos do capital, difundido amplamente pelos setores midiáticos e pelos organismos internacionais- sobretudo o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico que ocupam e disputam a agenda educacional e, portanto, a política.

Ademais é preciso considerar que, na lógica neoliberal, a existência de direitos sociais garantidos pelo Estado Democrático de Direito e, particular, os direitos trabalhistas, são



incompatíveis com as estratégias do capital imperialista, a saber a concorrência e a competitividade da economia. É nessa direção que o mundo do trabalho neoliberal, cliva o campo da educação, incutindo o conceito de flexibilização, qualificação, empreendedorismo e resiliência, entre outros, que estão pulverizados nos Referenciais Curriculares das Secretarias Estaduais de Educação no país.

## **DETERMINANTES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL PARA O ENSINO MÉDIO**

O recorte que trazemos para esse estudo, dirige o olhar para a crise agravada a partir de 2013 e impinge questões para o bloco que estava operando no poder naquele momento. O intelectual sardenho, Antônio Gramsci (1891- 1937) aponta a necessária relação em torno da estrutura (relações sociais de produção) e as superestrutura (ideias, costumes, comportamentos, vontade humana) como uma unidade real para o que denomina de estudos de um determinado bloco histórico.

Nesse sentido, na conjuntura de 2013 a

economia foi significativa alterada a partir do declínio do preço de diversas commodities que impulsionavam o superávit na balança comercial; da retração gradual na arrecadação de tributos federais, especialmente após 2014 e, em última instância, da redução da taxa de lucros de setores relevantes do capitalismo brasileiro, o que gerou crescente insatisfação por parte do empresariado com investimentos no Brasil (LEHER, 2023, p.78).

É nesse contexto que algumas ações na ordem dos ajustes fiscais, que impactaram fortemente cortes nos gastos sociais, são destartadas pelo governo Dilma Rousseff, mas que ainda não foram suficientes, para a fração social que estava no poder e, que veio a desdobrar no Golpe que ocorreu. Entre as principais ações que custaram o seu governo, podem ser destacadas: a Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016, a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017), a Lei da Terceirização (Lei n. 13.429/2017), e, no governo Bolsonaro, a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/2019) e a própria Reforma da Previdência (EC n.103/2019).

Nessa direção, Silva (2019) esclarece que da

reforma impetrada por meio de medida provisória (MP 746/2016 convertida na Lei n. 13.415/2017), passando pela elaboração e imposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem qualquer envolvimento de escolas e educadores/as, à iniciativa de produção de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, igualmente sem qualquer debate com a sociedade, esses três atos evidenciam



um mesmo modus operandi, qual seja, o da formulação de políticas educacionais de forma autoritária, típica do contexto de exceção pelo qual passa o país. (P. 103).

Entre os elementos da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 14.945/2024 que revogou parcialmente a Lei n. 13.415/2017), da Base Nacional Comum Curricular (Resolução CNE/CP nº 2/2017) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2/2024), encontra-se a flexibilização curricular, com a entrada de componentes curriculares estranhos ao campo disciplinar científico, tais como: empreendedorismo, educação financeira, projeto de vida, educação computacional, entre outras, numa clara expressão das finalidades dos intelectuais do capital neoliberal em disputar e ocupar a formação escolar da classe trabalhadora.

Dentre esses elementos, cabe destacar o reconhecimento do “notório saber”, com vistas à permissão de que, pessoas sem formação específica possam assumir “disciplinas” no itinerário formativo de todas as ofertas curriculares. Essa previsão legal tem trazido sérias consequências, no sentido da precarização da docência e no comprometimento da qualidade da formação básica.

Quanto à finalidade da Base Nacional Comum Curricular, o elemento padronização, reforça a contrariedade à autonomia e criatividade docente, da comunidade escolar, dos estudantes, portanto, prejudica o projeto político pedagógico da instituição escolar, os planos de ensino dos docentes e a liberdade, que passa a ser tutelada para os estudantes por meio do controle, vigilância, responsabilização e culpabilização, no contexto da execução das políticas educacionais, das secretarias de educação, seja nas esferas municipais ou estaduais.

Souza (2024) afirma que

trazer a racionalidade política para o campo da educação, exige reportar a aspectos da racionalidade econômica do neoliberalismo em seu conjunto. Há uma série de determinantes sociais-culturais, resultantes de determinantes econômicas-políticas, que tem em sua finalidade, dar sobrevida ao modo de produção capitalista, mesmo que, para isso, custe a destruição ambiental e barbárie social. (P.129).

De modo que a formação dos estudantes da fração social pertencente à classe que vive do trabalho, estão exponencialmente na escola pública, e os documentos Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2/2024) e o Referencial Curricular para o Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR), corroboram para uma formação flexibilizada e resiliente, que possa “dar sobrevida ao modo de produção capitalista”, como é possível observar quanto aos dois elementos, da seção de “competências”, da citada resolução, a saber: “a) mobilização de conhecimentos (conceitos e



procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais) e b) atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2024, p. 4).

As duas competências citadas, orientam o componente curricular Projeto de Vida, tácitamente encomendado pela fração social dominante, do modo e dos meios de produção no país, consorciados aos organismos internacionais. É necessário garantir na matriz curricular do ensino médio determinados conteúdos, capturar a subjetividade de estudantes e professores da fração social trabalhadora e, enredar adeptos, ao exército de trabalhadores flexibilizados, intesificados e precarizados em todas as esferas da vida humana.

## **A RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA NO ENSINO MÉDIO**

O novo ordenamento curricular para o ensino médio, determina para que, em 2025, todos os estudantes dessa etapa de escolarização, já estivessem ajustados na dinâmica organizativa das instituições escolares. Mediante a isso, os recursos públicos foram destinados à esfera privada, quanto a aquisição de materiais didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a publicação de novas matrizes de avaliação do Sistema de Avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a aplicação do novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Conforme aponta Gawryszewski et al (2023) a rigor o Novo Ensino Médio

Afasta os estudantes do conhecimento sistemático nos domínios da ciência, da tecnologia, da filosofia e da arte e cultura em prol de competências que moldariam a formação às necessidades do capital por meio de competências adaptativas à ordem social, inclusive em um contexto de intensa precarização do trabalho e mesmo de empreendedorismo concebido aqui como uma expressão que denota o trabalho sem direitos trabalhistas. (P. 83).

Nesse sentido, especificamente o componente curricular Projeto de Vida, na forma como está determinado no Referencial Curricular para o Ensino Médio (SEED-PR), apresenta os temas/conteúdos, numa espécie de “farofa temática”, um combinado desconexo de elementos temáticos, do que poderia ser do campo da filosofia, sociologia, psicologia, etc., sem uma epistemologia clara, como tem-se constituídos historicamente, os campos disciplinares, nos currículos do ensino médio.

É pertinente lembrar que no Paraná, numa outra conjuntura de governo, sob os auspícios do neoliberalismo, mas com outra política para a escola pública, o campo educacional avançou significativa na elaboração das DCEs- Diretrizes Curriculares Estaduais do Estado do



Paraná nos idos de 2008. Nessas diretrizes os campos científicos construídos historicamente por meio do ensino, pesquisa e extensão se constituíram como campos disciplinares e, os concursos públicos para a admissão de profissionais do magistério, respeitava essa construção histórica.

Na particularidade do estado do Paraná, na gestão educacional do governo Ratinho Junior (2019-atual), a agenda neoliberal, materializada numa perspectiva gerencial/empresarial tem sido conduzida, na pasta da SEED-PR, primeiramente pelo empresário da educação, Renato Feder (2019-2022) e, atualmente, por Roni Miranda, que continua as políticas adotadas pelo seu antecessor.

Horn et al (2024) no seu texto “Políticas educacionais no Paraná: o que está acontecendo”, aponta os acordos firmados e as parcerias com a Fundação Lemann, bem como a contratação de plataformas como EduTech, Inglês Paraná, Matific, Redação Paraná, Leia Paraná, Robótica Paraná, Khan Academy e Quizizz, etc. Os autores ainda constataram, um investimento em “17 contratos via Portal da Transparência com cifras que beiram os 130 milhões” de dinheiro público sendo canalizado para a esfera privada.

Diante dessa disputa do setor empresarial da educação, também se disputa o currículo escolar, na medida que se determina, as unidades curriculares e os objetos de aprendizagem que professores e estudantes devem seguir. É a captura da subjetividade dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, pelo capitalismo de plataforma, como afirma Antunes (2024).

No quadro 1, é possível observar o agrupamento temático para o componente curricular Projeto de Vida para as três séries do Ensino Médio como determinado pelo documento Referencial Curricular para o Ensino Médio da SEED-PR.

### Quadro 1: Referencial Curricular do componente Projeto de Vida- SEED-PR

Unidade Curricular	Objetos de Aprendizagem
<b>1ª SÉRIE</b>	
Identidade e Diferença	Conceito de eu, do outro e o nós Cuidade de si e da comunidade Cultura e sociedade
Valores	Valores éticos e morais Produção familiar, cultural e social dos valores.
	Instituições, valores e sujeitos
Aprendendo a ser e conviver	Viver bem Produção autoral de si e de suas competências Competências para viver bem e com o outro Competência sócio emocionais
<b>2ª SÉRIE</b>	
Juventude, sonhos e	Sonhos e propósitos pessoais



planejamento	Transformando sonhos em metas Futuro, agir no presente Ações e planejamento pessoal
O jovem na sociedade contemporânea	Instituições e sistemas (sociais, políticos, econômicos e culturais) Sociedade brasileira Atuação social e participação nas instituições
Os componentes de Projeto de Vida	Concepções e prática de projeto de vida Dimensão do eu no contexto da sociedade Atuação no mercado de trabalho Metas pessoais e profissionais Estratégias pessoais e coletivas para alcançar metas estabelecidas
<b>3ª SÉRIE</b>	
Qualificação do Projeto de Vida	Mundo do trabalho Escolhas pessoais e suas consequências Possibilidades de atuação profissional no mundo do trabalho Diversas profissões, suas incumbências e as rendas relacionadas Propósitos do empreendedorismo
Avaliação do Projeto de Vida	O outro no projeto de vida pessoal e coletivo Relações em projeto de vida, responsabilidades e impacto social Conexões entre projeto de vida, direitos humanos e valores Resiliência, projeto de vida e desafios do mundo contemporâneo Projeto de vida e atuação social.

Fonte: Organização do autor, 2025

É possível observar que o conjunto de conteúdos/temas conforme exposto no quadro 1, tais como: Identidade e Diferença, Valores, Aprendendo a ser e conviver, Juventude na sociedade contemporânea, Mundo do Trabalho, escolhas pessoais, atuação no mercado de trabalho, propósitos do empreendedorismo entre outros, indicam uma micelânea de temas que não tributam num determinado campo epistemológico.

A Instrução Normativa Conjunta n. 011/2020 (Paraná, 2020), determinou a supressão de 50% da carga horária das disciplinas Arte, Filosofia e Sociologia na matriz curricular do ensino médio, para no seu lugar, incluir Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida.

E, particularmente, do que especificamente é a finalidade curricular do componente Projeto de Vida, para a formação dos estudantes na etapa do ensino médio? É preciso recuperar o que foi anunciado na introdução desse estudo. O componente curricular Projeto de Vida trata de” instrumentalizar os(as) estudantes a refletirem sobre seus objetivos e propósitos a curto, médio e longo prazo, o que significa projetar onde e como irão se desenvolver



profissional e economicamente, fomentando seus sonhos e expectativas futuras”. (SEED-PR, p. 4).

É evidente que sua finalidade está exatamente em convencer professores e estudantes a se ajustarem a uma conjuntura de vida determinada por segmentos obscurantistas da sociedade a negação da Ciência, com o objetivo de descredibilizar e dissociá-la para explicações de fenômenos ambientais, políticos, sociais na atualidade. Uma nova ecologia social, ancorada no uso das plataformas digitais, foram determinantes para profundas mudanças no modo como nos relacionamos humanamente, com o meio ambiente e social e, neste sentido, a educação básica foi provocada por essas alterações.

Um novo paradigma se coloca no campo educacional brasileiro, advogando em torno da pós-verdade, que se assentam nas narrativas e no recuo da teoria, secundarizando o campo científico, filosófico, sociológico e político e assentando a compreensão de mundo no esteio do senso comum. Como afirmam Marx e Engels (2007, p. 25): “O modo de produção da vida material condiciona o processo social, político e intelectual da vida em geral. Não é a consciência dos humanos que determina seu ser, mas o inverso: é seu ser social que determina sua consciência”.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua/IBGE-2023), explicitam que estudantes da fração social da classe trabalhadora ao frequentar a etapa do ensino médio, precocemente são empurrados para o mundo do trabalho precarizado e subalternizado. A prerrogativa de conciliação entre escola e emprego é recorrente e visivelmente na rotina e na organização do trabalho pedagógico de qualquer unidade escolar pública no país.

Na particularidade do ensino médio, sob o discurso de “abandono escolar promovido ideologicamente pela mídia, pelo empresariado e pelo bloco no poder , subjetiva-se o próprio estudante como responsável pelo denominado fracasso escolar, bem como familiares e docentes” como afirma Gawryszewski et al. (2023, p. 92). São discursos desonestos pois não consideram os contextos sociais em que esses estudantes, familiares e professores se produzem humanamente. Esse descolamento da realidade objetiva leva a uma imputação de responsabilização individual quando é estrutural.

É nessa direção que se encaminham a organização pedagógica do componente Projeto de Vida que se faz, por meio do acesso dos professores e estudantes, na plataforma RCO+Aulas, que devem corresponder às demandas, de outra plataforma do Quizziz (plataforma de perguntas e respostas que o professor deve postar a cada aula dada para que o estudante responda, pesquisando a resposta ou não e que vai compor 30% de sua nota no



trimestre), o que implica em tensionar o dispositivo constitucional de liberdade de cátedra, ou seja, a possibilidade legal dos docentes e discentes serem criativos e livres para a produção de seus processos formativos.(HORN, 2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de componentes curriculares estranhos, sem lastros ontológicos, epistemológicos e metodológicos, construídos historicamente, na matriz curricular do ensino médio, veio no conjunto das deliberações oficiais das instituições republicanas, marcadas pelas disputas da fração social que representa o empresariado da educação, cujos laçaios, denominados de intelectuais orgânicos do capital, adentram a esfera pública e depositam seus interesses. Nesse sentido, essa fração social disputa o currículo na captura das subjetividades para o capital, como também o financiamento, através da captura de recursos públicos, o que explica o capitalismo de plataformas (Antunes, 2024).

Nesse capitalismo de plataformas emolduram expectros do negacionismo, do relativismo histórico, neotecnicismo, gerencialismo e, em particular, a formação de sujeitos subsumidos pelo projeto neoliberal em sua fase altamente destrutiva. O capitalismo precisa sobreviver e, para isso as políticas reformistas existem, como também é preciso colocar em curso um projeto de formação, o que explica a Reforma do chamado Novo Ensino Médio e tudo o que vem em sua esteira.

Ao dar ênfase nos estudos em torno do componente Projeto de Vida, foi possível compreender em como o capital insere-se no processo formativo, dos filhos da fração social da classe trabalhadora, mesmo que isso, custe neutralizar a liberdade de cátedra dos professores, a gestão democrática, tendo em vista as diversas realidades das unidades escolares, o silenciamento compulsório de campos disciplinares necessários, para a apropriação de mundo na perspectiva crítica e emancipatória.

Diante do exposto, constatamos que a finalidade do componente Projeto de Vida, ocupa a matriz curricular do ensino médio, porque contribuiu para que por meios de “elementos da prática cognitiva e socioemocional, estruturada em relação a determinados objetos de conhecimento e descrita na forma de comportamentos ou ações observáveis”, estudantes e professores deixem-se conduzir por comportamentos, flexibilizados, ajustados às demandas do mercado, intensificados e precarizados no modo como procuram produzir suas existências e, cujo “viver bem” , depende unicamente da “ produção autoral de si e de suas competências”.



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Coord.) et al. Trabalho em plataformas: regulamentação ou desregulamentação. São Paulo: Boitempo, 2024.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm) Acesso em: 28 mar. 2025

BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n.ºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm#:~:text=L14945&text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,31%20de%20julho%20de%202023](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm#:~:text=L14945&text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,31%20de%20julho%20de%202023).

Acesso em: 25 mar. 2025.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; et al. Formação da classe trabalhadora. In: LEHER, Roberto (Org.). Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

HORN, Geraldo Balduino; GAGNO, Adriana Pellanda; SANTAROSA, Sebastião Donizete; MATOS, Mara Eli (Org.). Racionalidade antidemocrática e privatização da escola pública: vieses de resistência. Curitiba-PR: Platô Editorial, 2024.

LEHER, Roberto (Org.). Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARANÁ. Referencial Curricular para o Ensino Médio no Paraná. Curitiba-PR: SEED-PR, 2021.

SILVA, Mônica Ribeira da. O golpe no ensino médio em três atos que se completam. In: BELMIRO, Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da (org.). Democracia em ruínas: direitos em risco. Curitiba-PR: Editora CRV, 2019.



SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. A racionalidade política do neoliberalismo e a plataformização da educação no Paraná. In: ROSA, Maria Arlete; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; LEITE, Maria Alzira (Orgs.). Políticas educacionais e práticas pedagógicas em debate. Curitiba-PR: UTP, 2024.

